

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA PARA O PROGRAMA DO BIODIESEL

Marcelo SANTANA SILVA (1); Fábio MATOS FERNANDES (2); Linaldo SANTOS BEZERRA (3)

(1) IFBA - Instituto Federal da Bahia - Campus Santo Amaro, Doutorado em Energia e Ambiente – UFBA/BA, Av. Mario Leal Ferreira, 381, apt. 101, Edf. Amestista, Salvador/BA, CEP: 40285-600, (75) 3241-0845, e-mail: marcelosilva@ifba.edu.br;

(2) UNEB – Universidade Estadual da Bahia - Campus Bom Jesus da Lapa, Mestrando em Processos Industriais – SENAI-CETIND, email: fmatosf@hotmail.com;

(3) Doutorado em Energia e Ambiente –UFBA/BA, lindufba@hotmail.com

RESUMO

A escassez do petróleo, a segurança energética nacional, o aquecimento global e o aumento do consumo e do preço dos alimentos são problemas atuais da humanidade. As questões ligadas às energias alternativas vêm ganhando muita importância e destaque no cenário político e econômico. No momento em que os biocombustíveis estão em evidência no cenário internacional, torna-se essencial um debate sobre esse novo mercado. A produção de biodiesel no Brasil é atualmente um exemplo desta realidade. Assim, esse trabalho tem como objetivo investigar as políticas públicas para o programa de biodiesel na Bahia, analisando as suas devidas implicações na estrutura de governança. Neste trabalho adotou-se procedimentos descritivo-qualitativos e exploratórios, incluindo investigação documental e reconhecimento de percepções por meio de questionários para agentes intencionalmente selecionados de diferentes partes da cadeia produtiva, por meio de amostragem não-probabilística. A pesquisa apontou que a Bahia apresenta-se com dificuldade de governança na estruturação do programa estadual de bioenergia, devido à falta de entrosamento das políticas públicas baianas para o setor.

Palavras-chave: Biodiesel, Políticas Públicas, Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais discutida a inserção de diferentes fontes de energia na matriz energética, em particular, as energias renováveis. Estas são provenientes de fontes naturais capazes de se regenerar e que, portanto, apresentam menor intensidade de desequilíbrio do planeta e menor impacto ambiental, sem afetar o balanço térmico ou composição atmosférica do planeta. Este tipo de energia é um elemento de extrema importância para o desenvolvimento sustentável de um país, representando hoje aproximadamente, 4% do consumo de energia nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE¹), e cerca de 20% nos países em desenvolvimento: localizados na África, Ásia e, em parte, Brasil, onde se usa muito a biomassa e a hidroeletricidade (GOLDEMBERG, 2008).

Diversos estudos sobre o emprego de energias renováveis (SLUSZZ; MACHADO, 2006; ALVES, 2007) têm sido realizados nos últimos anos, com destaque para o biodiesel, motivado particularmente pela alta do preço do petróleo, atrelado ao enfoque econômico, bem como pelas preocupações sobre as mudanças climáticas e aos aspectos sociais e ambientais.

¹ São 30 países que compõem a OCDE: Austrália, Áustria, Alemanha, Canadá, Bélgica, Dinamarca, Coreia do Sul, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Suíça, Suécia e Turquia.

Todos esses estudos podem esvair-se pela escassez de políticas concretas que viabilizem a cadeia produtiva do biodiesel e de pesquisas alicerçadas em um planejamento integrado que possam manter o país em um ritmo de crescimento contínuo de uso de fontes renováveis como, por exemplo, o etanol e o biodiesel.

O objetivo principal deste trabalho é apresentar as políticas públicas para o programa de Biodiesel na Bahia, analisando as suas devidas implicações na estrutura de governança.

A viabilização do biodiesel requer a implementação de uma estrutura organizada em todo elo da cadeia produtiva, de forma a atingir, com competitividade, os mercados potenciais. Logo, entende-se ser oportuno as políticas específicas para fomentar o desenvolvimento da indústria do biodiesel no Estado da Bahia, tendo como foco principal a sustentabilidade da oferta e do abastecimento em médio e longo prazo.

2 METODOLOGIA

Dada a complexidade do assunto exposto, buscou-se seguir uma metodologia que proporcionasse, simultaneamente, maior exame possível de dados, informações e opiniões oriundas de estudos e conhecimentos existentes sobre o biodiesel e seus entraves, e a utilização desses resultados para a proposição de ações indutoras relevantes. Por isso, neste trabalho adotou-se, predominantemente, procedimentos descritivo-qualitativos e exploratórios.

Realizado os métodos de investigação documental e reconhecimento de percepções por meio de questionário, entrevistas para coleta de dados e visita *in loco* com observação direta (YIN, 2005).

A investigação documental consiste na pesquisa primária (coleta de dados de empresas pertencentes à cadeia produtiva do biodiesel e dos órgãos governamentais envolvidos na pesquisa) e uma revisão da Literatura (utilização de livros, artigos científicos, dissertações, publicações periódicas e teses como subsídios à pesquisa).

Foram encaminhados questionários para agentes intencionalmente selecionados, por meio de amostragem não-probabilística.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O BIODIESEL

Lucchese (2004) afirma que as políticas públicas são definidas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. São também definidas como todas as ações de governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes econômicos.

Para Menicucci (2006) uma política pública se refere à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se a aquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisões mais um conjunto de ações para implementar aquelas decisões.

As políticas adotadas são sempre escolhas em vasto quadro de conflitos de preferências relativas a diferentes questões, como o objetivo específico da intervenção governamental, as diversas concepções sobre a ação do Estado, a definição relativa à geração e à alocação dos recursos, dentre outros.

Daí, a importância do Estado, como principal agente no fomento, estruturação e regulação das diversas atividades dos diferentes setores da economia. A elaboração de políticas públicas envolve três momentos principais: formulação, implementação e avaliação. Para que a política pública seja democrática, é indispensável que os diversos atores sociais, por exemplo, os movimentos sociais e as instituições de ensino e pesquisa participem desse processo.

As políticas públicas para o setor de energia, principalmente das renováveis, depende, fundamentalmente, de uma ação governamental planejada, visando à garantia do perfeito desenvolvimento no setor de maneira sustentável. Portanto, faz-se necessário, elaboração de políticas públicas abrangentes que sejam capazes de integrar atores, interesses, ambientes, culturas, entre outros.

Desde a década de 70, entre as tantas transformações observáveis na evolução do perfil do Estado brasileiro, em termos mais recentes, observam-se vários programas e planos para o setor energético, os quais se destacam-se:

- a) 1975: Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL);
- b) 1975: Programa Nacional de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (PROÓLEO);
- c) 1994: Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM);
- d) 2002: Programa Nacional de Incentivos às Fontes Alternativas (PROINFA);
- e) 2005: Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB);
- f) 2005: Plano Nacional de Agroenergia;
- g) 2007: Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC)

Convém salientar que serão aqui abordadas as políticas públicas mais recentes, que são: o PAC, na esfera federal; o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual - PPA (2008-2011), o Programa Estadual de Bioenergia - BAHABIO, na esfera estadual; e o Programa Nacional de Produção de Biodiesel - PNPB na parte específica de regulação para o Biodiesel, pois reflete o direcionamento da nossa pesquisa na área dos biocombustíveis.

Segundo Lohbauer (2004), os objetivos das políticas públicas para os biocombustíveis são:

- a) Atender demandas ambientais nas esferas local e global;
- b) Promover o desenvolvimento rural;
- c) Descentralizar a criação de empregos;
- d) Garantir a segurança energética, independente dos combustíveis fósseis.

Em tempo de energias renováveis, o governo federal cria o PAC, lançado em fevereiro de 2007, com recursos também para os biocombustíveis. O Programa é um conjunto de ações em várias áreas com o propósito de elevar as baixas taxas de crescimento econômico que caracterizaram a economia brasileira nos últimos 20 anos (inferiores a 3% ao ano em média) para um novo nível, em torno de 5% ao ano (MME, 2007). O PAC – Infra-estrutura energética, ligado especificamente ao setor de energia, tem como objetivos: assegurar o suprimento de energia elétrica e a sua universalização; e assegurar o abastecimento de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis. Os investimentos previstos para os programas são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – PAC: Previsão de investimentos (R\$ bilhões)

Programas	Investimentos			
	2007	2008-2010	TOTAL	Após 2010
Geração de Energia Elétrica	11,50	54,40	65,90	20,70
Transmissão de Energia Elétrica	4,30	8,20	12,50	3,40
Petróleo e Gás Natural	35,90	143,10	179,00	138,10
Combustíveis Renováveis	3,30	14,10	17,40	27,00
Sub-Total	55,00	219,80	274,80	189,20
Programa Luz para Todos		8,70	8,70	
Total		228,50	283,50	

Fonte: MME (2007)

Dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos até 2010, nada menos 56,26% se referem ao setor energético, enquadrados nos cinco programas. Deste total, 63,14% dizem respeito especificamente ao setor de petróleo e gás, 30,72% estão direcionados a projetos do setor elétrico e somente 6,14% para os combustíveis renováveis (MME, 2007). O mais grave é que, para o setor de biodiesel, serão destinados apenas 630 milhões de reais para a construção de novas usinas até 2010, representando apenas 3,62% do total destinados aos combustíveis renováveis (MME, 2007).

O PAC está alicerçado em projetos que vão, literalmente, do poço de petróleo ao poste de luz. Os recursos serão direcionados para empreendimentos que visam intensificar a exploração com intuito de agregar novas reservas de hidrocarbonetos; aumentar a produção e o refino de petróleo – principalmente o pesado, de forma

a gerar derivados com padrão de qualidade internacional; ampliar o processamento, transporte e distribuição de gás natural, além de abastecer as termelétricas implantadas ou em construção no país; expandir o setor petroquímico a partir também do petróleo nacional; e consolidar a renovação da frota nacional de petroleiros (CARDOSO, 2007).

Com a inclusão explícita do biodiesel no PAC, porém, com poucos recursos para o setor, o governo mostra que esse biocombustível não terá uma atenção especial durante os próximos anos. Grande parte das propostas apresentadas pelo PAC visa enfrentar os principais entraves do crescimento econômico do país nos próximos anos. Porém, vale ressaltar que o governo estará induzindo mais uma vez, por meio da iniciativa privada, os investimentos necessários ao setor de biodiesel.

Segundo o DIEESE (2007), o PAC é considerado um programa que viabilizará a infra-estrutura necessária para o aumento das taxas de crescimento. Mas, a história recente do Brasil demonstra que o crescimento, por si só, não resolve os problemas estruturais de concentração de riqueza, de renda e de exclusão social. Só a adoção de um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho pode caminhar no sentido da resolução destes problemas. A agenda do desenvolvimento passa, entre outros temas, pela discussão da matriz energética e pela mensuração das decisões nos impactos ambientais, visando minimizar os efeitos negativos e potencializar a inclusão social.

Segundo Carneiro e outros (2006), as políticas públicas, para o Estado da Bahia, no setor energético, são elaboradas a partir das Leis, Decretos e Programas específicos para o setor. Entre as políticas públicas mais recentes e importantes para as energias renováveis na Bahia, pode-se destacar o Plano Plurianual de Administração - PPA, que é o instrumento norteador da política estadual de investimentos nas áreas consideradas prioritárias para um período de quatro anos; e o BAHIABIO, com a finalidade de gerir e fomentar ações para o setor da bioenergia no território baiano.

No PPA, no período de 2004 a 2007, foram contempladas duas estratégias: Riqueza da Boa Terra e Caminhos para Bahia. Na Riqueza da Boa Terra, foram previstos R\$ 478,5 milhões, na linha de intervenção “Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Culturais”. Esta linha tinha como ações a Implantação e Recuperação de Sistema de Energia Renovável e a Realização de Pesquisas para o Levantamento do Potencial Agroflorestal e a Implantação de Florestas Energéticas (CARNEIRO, 2006).

Na estratégia “Caminhos da Bahia”, o governo reservou R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão com orçamento próprio e o restante em parcerias com o Governo Federal. Esta estratégia está fundamentada no Programa Diversificação e Articulação da Matriz Energética, tendo como objetivo o aproveitamento dos recursos energéticos e a diversificação das fontes alternativas de energia. Para este programa, foram destinados recursos no valor de R\$ 908,5 milhões, sendo R\$ 528,5 milhões, ou seja, 58,2% com recursos do orçamento estadual e o restante provenientes de outras fontes financiadoras (CARNEIRO, 2006).

No PPA, no período de 2008 a 2011, conforme Lei 10.705, de 14 de novembro de 2007 (BAHIA, 2008), foram contemplados na Diretriz Estratégica “Articular a base científica com tecnologia aplicada ao desenvolvimento” dois programas específicos para o Biodiesel: Energia Alternativa Renovável e o Biosustentável – Produção e Uso de Combustíveis na Bahia, conhecido como BAHIABIO. Os programas, as ações transversais, os públicos alvos e os recursos orçamentários são:

Programa 01: Energia Alternativa Renovável

Ação: Transversal: Biosustentável – Produção e Uso de Combustíveis na Bahia

Órgão Participante: Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECTI/ Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Público Alvo: População da Bahia

Recurso Orçamentário: R\$ 13.896.000,00

Segundo a Dr. Telma Andrade, da SECTI, em entrevista, esses recursos serão aplicados nas principais ações estratégicas do programa, segundo código de ações do PPA:

- a) Fortalecimento da Base Científica para Produção de Oleaginosas e Biocombustíveis (ação 3714) com recursos de R\$ 4.286.093,00;
- b) Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Biodiesel (ação 1376) com R\$ 1.956.491,00 para as 12 micro-usinas instaladas no estado;

- c) Fortalecimento da Base Laboratorial e Tecnológica para Produção de Biocombustíveis (ação 1378) com R\$ 2.245.403,00, para ampliação da rede laboratorial;
- d) Desenvolvimento da Rede Baiana de Biocombustíveis (ação 3711) com R\$ 212.624,00 para realização de eventos e seminários;
- e) Instalação de micro-usinas de Etanol (ação 1976) com R\$ 299.000,00;
- f) Implementação de modelos bionergeticos (ação 1411) com R\$ 389.000,00;
- g) Aquisição de Recursos Tecnológicos (ação 1409) com R\$ 330.000,00
- h) Apoio e implementação no Programa de Energias Renováveis (ação 1409) com R\$ 527.000,00

Programa 02: Biosustentável – Produção e Uso de Combustíveis na Bahia
 Ação Transversal: Biosustentável – Produção e Uso de Combustíveis na Bahia
 Órgão Participante: Secretaria de Agricultura - SEAGRI/SECTI
 Público Alvo: Agricultores Familiares
 Recurso Orçamentário: R\$ 82.896.068,00

Esses recursos serão aplicados nas seguintes ações estratégicas:

- a) Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Biodiesel: Instalações das Usinas de Biodiesel;
- b) Distribuição de sementes, Máquinas e Equipamentos Necessários ao Cultivo de Culturas Oleaginosas;
- c) Planejamento Estratégico e Acompanhamento das Ações de Ampliação e Fortalecimento da Matriz Bioenergética Baiana;
- d) Assistência Técnica a agricultores Familiares na Produção de Oleaginosas;
- e) Apoio à Constituição e Fortalecimento de Cooperativas de Agricultores Produtores de Oleaginosas;
- f) Geração de Tecnologia para o Desenvolvimento de Sistemas de Produção de Oleaginosas.

Observou-se que os recursos para o PPA (2008-2011) são da ordem de R\$ 18,5 bilhões e, deste total, somente foram destinados R\$ 96.792.068,00 para o Programa de Bioenergia (Biodiesel e etanol), o que significa que apenas 0,52% dos recursos serão aplicados no programa. Percebe-se, claramente, que os recursos são escassos, não há detalhamento das ações com recursos específicos, há falta de comunicação e divulgação de como serão aplicados os recursos, entre outros entraves. Pretende-se, ainda, instalar 12 micro-usinas no Estado, o que exigiria em torno de 20% do total destinado ao Programa.

Os programas elaborados para o setor de biodiesel na Bahia são recentes. Em 2003, foi criado o Programa de Biodiesel da Bahia - Probiobiodiesel Bahia, coordenado pela SECTI, que se constituiu, na fase de estruturação do programa, da criação da rede de relacionamento e da construção da carteira de projetos. O programa foi estruturado em seis eixos estruturantes: Governança, Fortalecimento da Base Científica, Fortalecimento da Produção de Oleaginosas, Eventos de Sensibilização, Fomento à Atividade Empresarial e Biodiesel e Inclusão Social. Neste período foi criada a Rede Baiana de Biocombustíveis - RBB, atualmente em atividade, cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento tecnológico, a partir da interação entre os diversos agentes.

No início de 2007, foi lançado o Programa Produção e Uso de Combustíveis na Bahia - Biosustentável, atualmente batizado BAHIABIO, pelo Decreto nº 10.650 de 05 de dezembro de 2007 (BAHIA, 2008), que tem como finalidade gerir e fomentar ações, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa no território baiano, bem como implantar no Estado o biodiesel como um biocombustível adicional à matriz energética, além de estimular pesquisas relacionadas ao Programa. É constituído por três sub-programas Etanol, Biodiesel e Co-geração de Energia. Este programa passou a ser coordenado pela SEAGRI, que, juntamente com quatro secretarias, forma a Comissão Executiva: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação; Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração; Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional; e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O BAHIABIO tem objetivos semelhantes ao programa anterior, tendo as seguintes metas (SEAGRI, 2008):

- a) Produção de 197 mil m³ de biodiesel a partir de 2008; 517 mil m³ a partir de 2010 e 773 mil m³ a partir de 2012;

- b) Atender às demandas de biodiesel no Estado, correspondentes a 40 mil m³ em 2008 (B2), 100 mil m³ a partir de 2013 (B5) e gerar receitas com a venda do excedente nos mercados nacional e internacional, e
- c) Atender à demanda futura da indústria oleoquímica, de aproximadamente 80 mil m³ de óleo de palmiste.

Para alcançar esta meta, o programa precisa de planejamento estratégico bem definido, e, principalmente, de investimentos pesados no seu desenvolvimento, que estão estimados em R\$ 12,3 bilhões (SEAGRI, 2008), conforme Quadro 1. Portanto, o primeiro grande desafio da comissão executiva do BAHIABIO para alcançar as metas do programa é como utilizar os escassos recursos destinados no PPA (2008-2011) para alcançar as metas do Programa de Bioenergia, portanto, percebe-se, um claro reflexo da falta de entrosamento na definição das políticas públicas para o setor.

Investimentos	Valores (R\$ 1,0 milhão)
Alcool Lavoura + Indústria	10.530
Infra-Estrutura Industria Biodiesel	524,3
Infra-Estrutura Agrícola	963,6
Aquisição de 300.000 ha de Terra Biodiesel (R\$ 1.000,00 / ha)	300
TOTAL	12.317,9

Quadro 1 - Investimentos necessários ao desenvolvimento do Programa BAHIABIO
Fonte: SEAGRI (2008a)

Atualmente existe outro programa de fomento para o biodiesel no Estado que precisam ser revisados:

- a) Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE), de acordo com a Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2002 (BAHIA, 2002). O grande entrave deste programa é com relação ao ICMS aplicado às indústrias de Biodiesel, como por exemplo, a usina poderá antecipar o pagamento previsto de ICMS em até cinco anos, tendo um desconto de até 90% por ano de antecipação. Observou-se que não existe nenhuma isenção e que muitas empresas dificilmente irão antecipar todos esses anos, sendo que o mercado de oleaginosas é muito volátil e, portanto, os descontos oferecidos pelo programa não estimulam a entrada de empresas produtoras, haja vista que o mercado ainda é incipiente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, percebe-se que os programas vacilam em suas ações, pois não delimitaram seus objetivos reais; não conseguiram organizar os produtores rurais sob a forma de cooperativas e associações; não contemplaram os agroinvestidores, nem os produtores de óleo vegetais, interessados em verticalizar a produção para o biodiesel; e não incentivaram os empresários a investir exclusivamente na produção de biodiesel, por vários entraves, tais como: a alíquota do ICMS, burocracia para a aquisição de financiamentos, falta de um modelo e organização da produção, assistência precária, péssimas condições logísticas de escoamento da produção/insumos, falta de comunicação e integração entre as secretarias, falta de profissionalismo das secretarias envolvidas na gestão, e, até mesmo, questões políticas no direcionamento das ações, pois cada secretaria é representada por um partido político carregado de ideologia próprias.

Observou-se que o programa criou uma comissão executiva com cinco secretarias estaduais, não estabelecendo ações, metas, prazos e recursos para o fomento do biodiesel no Estado. Este programa é vinculado à Secretaria de Agricultura. Observou-se que é um programa isolado, exclusivo da SEAGRI e SECTI, com sérias dificuldades de planejamento e execução de cada ação apontada, com metas e prazos estabelecidos, mas sem explicação de como será a execução de cada ação.

Os pontos fortes deste trabalho são: a sistematização dos políticas públicas, o avanço no marco regulatório e inserção do biodiesel na matriz energética brasileira e baiana. Os pontos fracos são: a falta de sincronismo entre as secretarias estaduais e a dificuldade de dados junto ao poderes executivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

GOLDEMBERG, José. **Ampliação do uso de renováveis depende de políticas públicas e P&D para aumentar eficiência energética**. 2008. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/report/entre-goldemberg.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

SLUSZZ, T.; MACHADO, J. A. D. Potencialidades agrônômicas, Econômicas e Sociais das principais oleaginosas matérias-primas para o Biodiesel e sua adoção na agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA. 11., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006. pg. 899-911.

YIN, R. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2005.

LUCCHESI, P. T. T. (coord). **Políticas públicas em saúde pública**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004. Disponível em: <[http://itd.bvs.br/public/upload/associated Document/20040727102352/Políticas_versao2.pdf](http://itd.bvs.br/public/upload/associated%20Document/20040727102352/Políticas_versao2.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão de políticas públicas: estratégias para construção de uma agenda. In: Congreso Nacional de Recreación, 9., Bogotá, Colômbia. **Anais eletrônicos...** Bogotá: FUNLIBRE, 2006. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**: infra-estrutura energética. 2007a. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/download.do?jsessionid=7A549924C57CFAE3E38C5EF725E037B6?attachmentId=10092&download>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

CARDOSO, Beatriz. A energia do PAC. **Conjuntura Econômica**, FGV, v. 61, n. 3, p. 30-40, mar. 2007.

DIEESE. **O PAC, o setor de hidrocarbonetos e a matriz energética brasileira**. Nota Técnica do Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos: Brasília, n. 43, abr. 2007.

CARNEIRO, R. F.; ROCHA, P. K. Políticas Públicas e energias renováveis: propostas de ações de indução à diversificação da matriz energética na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 16, n. 1, p. 23-36, jun. 2006. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/energias_alternativas/02_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2009.

CARNEIRO, R. F. A implantação da cadeia de produção de biodiesel no estado da Bahia – uma análise do período 2003-2005 e perspectivas para 2006. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.15, n. 2-3, p. 265-275, set.dez. 2005.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação. **Programa de Bioenergia - BAHIABIO**. 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

_____. Secretaria de Planejamento. **Lei n. 10.705, de 14 de Novembro de 2007**. Plano Plurianual da Administração Pública Estadual - 2008-2011. 2008a. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_2008_sumario.htm>. Acesso em: 20 abr. 2010.

_____. Secretaria de Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação. **Decreto nº 10.650, de 05 de dezembro de 2007**. 2008b. Programa Estadual de Produção de Bioenergia e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/Dec\[1\].%20N%2010.650%20-%20Prog.%20Bionergia%20BA .pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/Dec[1].%20N%2010.650%20-%20Prog.%20Bionergia%20BA.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2010.